

**UMA EXPERIÊNCIA DE SALVAGUARDA DAS MARCAS DE MEMÓRIA
PRESENTES NOS TELEGRAMAS DO ARQUIVO PESSOAL DE ELPÍDIO
BARBOSA (SANTA CATARINA 1939-1942)**

Tibério Storch de Souza¹

RESUMO

Este artigo foi produzido como desdobramento da dissertação de mestrado de Tibério Storch de Souza no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) oferecido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), defendido e aprovado em 28 de maio de 2024. Neste viés, o presente trabalho se insere no campo de estudos que utilizam os arquivos pessoais como fonte para acessar marcas e vestígios acerca do passado e realizar análises para problemáticas do presente, relacionando-os com a produção e preservação da(s) memória(s) pela sociedade em que o mesmo se insere. O arquivo pessoal em foco pertenceu a Elpídio Barbosa (1909-1966), este foi um educador e inspetor escolar catarinense exercendo diversas funções no sistema educacional do estado catarinense, atuando também na política como deputado estadual. Seu arquivo está depositado no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH/UDESC), em Florianópolis, e reúne documentos relacionados à educação catarinense dos anos de 1935 a 1966. A série documental selecionada para a pesquisa é formada por 65 telegramas escritos à mão por dois inspetores escolares durante os anos de 1939 a 1942, Luiz Sanches Bezerra da Trindade e João dos Santos Areão, ambos colegas de Elpídio Barbosa. Neste sentido, a primeira seção deste trabalho abordou algumas questões acerca da formação, diferenciação e cuidados por parte do pesquisador ao acessar as marcas e vestígios de memória que este tipo de arquivo específico proporciona a produção de conhecimento científico de acordo com os estudos de Cunha (2019), Bellotto (2006) e Ricouer (2007). Na segunda seção serão demonstrados procedimentos de ordem da conservação preventiva (Cassares, 2000) aplicados nos telegramas para que fossem acessados e manuseados de forma segura durante a fase de análise da pesquisa. Assim, o objetivo deste trabalho seguiu uma dupla via, tanto promover reflexões de como utilizar os arquivos pessoais como fonte de pesquisa quanto demonstrar ações de conservação preventiva que podem ser utilizadas por pesquisadores que se deparam com documentos/fontes em formato de papel fragilizados pela ação humana e do tempo.

Palavras-chave: Arquivo pessoal; Elpídio Barbosa; Conservação preventiva; Memória; Cultura política; Nacionalização do ensino.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

o documento que dorme nos arquivos é não somente mudo, mas órfão; os testemunhos que encerra desligaram-se dos autores que os “puseram no mundo”; estão submetidos aos cuidados de quem tem competência para interrogá-los e assim defendê-lo, prestar-lhe socorro e assistência.

(RICOUER, 2007, p. 179)

Para a pesquisa historiográfica das últimas décadas os arquivos vêm adquirindo caráter de portadores de registros e marcas de memória, através dos “documentos de vida” (CUNHA; ALMEIDA, p. 3, 2021), que podem atuar como testemunhos de passados que representam uma ponte de ligação entre a memória e a história. De igual importância para a promoção e

¹ Historiador – Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestre em Educação - Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UDESC).

manutenção da memória, as práticas de conservação preventiva também ganharam força e ampliaram suas zonas de discussão desde o fim dos anos 1990 alongando seu alcance para museus, casas de memória, arquivos e acervos públicos e/ou privados, promovendo uma oxigenação de ideias a respeito de conceitos como acondicionamento, manuseio, higienização e a condição do ambiente onde estão guardados os documentos. No entanto, é visível que experiências de parceria envolvendo essas duas áreas, de pesquisa e práticas de salvaguarda, ainda se manifestam de forma tímida no cenário brasileiro. É nessa ponte entre duas áreas diferentes, mas que caminham juntas, que o presente artigo se insere, buscando objetivar que é possível realizar o duplo caminho, de trabalhar com o viés da análise documental em cima de documentos fragilizados pela ação humana e do tempo, bem como promover ações que visem aumentar a vida útil dos mesmos.

O problema deste trabalho surgiu a partir de necessidades reais encontradas durante os chamados “gestos de coleta” (FARGE, p. 57, 2009) empenhados na fase inicial da pesquisa de Tibério Storch de Souza enquanto mestrande do Programa de Pós-Graduação em Educação ofertado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) em 2022. Em visita ao Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH) para consulta do arquivo pessoal do educador e político catarinense Elpídio Barbosa, foi localizado uma série documental que não estava catalogada no índice geral do arquivo, também não se encontrava tratada e acondicionada, sendo, portanto, inédita do ponto de vista da pesquisa e carente de um acondicionamento que facilitasse seu manuseio, armazenamento e catalogação. Nesse sentido, foi estabelecida uma parceria com o Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) através do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Conservação e Restauração de documentos (ESPECOR), coordenado pelo professor Doutor Cezar Karpinski, esta parceria resultou em um relatório técnico defendido por Tibério Storch de Souza ao final do referido curso de especialização e aprovado em junho de 2023.

A série documental encontrada e tratada retrata os registros de mensagens telegráficas² de dois inspetores escolares durante suas visitas de inspeção a escolas do estado de Santa Catarina entre 1939 e 1942. Sendo assim os documentos em questão não foram produzidos por Elpídio Barbosa, porém, de algum modo foram parar entre os tomos do seu arquivo pessoal.

² O telégrafo é um aparelho criado no século XIX, sendo largamente utilizado para a comunicação ao longo do século XX. Esse equipamento faz uso da energia elétrica para enviar pulsos na corrente que eram interpretados por meio do código Morse, que usa pontos e linhas, através de pulsos curtos e longos, respectivamente, para enviar uma mensagem de um ponto ao outro.

Por se tratar de um tipo de arquivo específico, o pessoal, esta pesquisa irá dialogar com Heloísa Bellotto (2006) para compreender que a dimensão deste tipo de documento envolve, primordialmente, uma reunião de papéis e materiais, podendo abranger desde o audiovisual até o iconográfico, que foram acumulados por um indivíduo ao longo de sua vida. Isto garante ao pesquisador uma imersão nos registros, conhecimentos e nas trocas de experiências vividas pelos diversos sujeitos que podem ser encontrados em um arquivo pessoal, representando uma multifacetada e robusta fonte de informações que necessita ser problematizada através do ato de historicizar, é nesta ótica que se dará a escrita e organização deste trabalho.

Na primeira seção deste trabalho será feita uma reflexão para compreender o espaço em que são armazenados os documentos enquanto lugares de memória, para tanto serão utilizadas as ideias de Pierre Nora (1993) e François Hartog (2006) entendendo estes locais como terreno fértil para pesquisas acerca da memória e identidade dos povos. A metodologia de pesquisa documental (Cellard, 2008) norteia a primeira a sequência desta pesquisa onde será exposta a série de telegramas inseridas no arquivo pessoal em questão, evidenciando as particularidades do conjunto no contexto das políticas de nacionalização do ensino em que os mesmos foram produzidos, buscando compreender os telegramas de acordo com os estudos de Marc Bloch (2001) como fontes que representam testemunhos que compõe o leque de ferramentas historiográficas utilizadas pelos historiadores para historicizar eventos, fatos e memórias relacionados as mais diversas atividades da ação humana. Na segunda parte da escrita será exposto o trabalho de conservação preventiva aplicado no conjunto de documentos encontrados no arquivo de Elpídio Barbosa, os procedimentos realizados nos documentos baseiam-se, principalmente, em Cassares et al (2000); Mendes et al. (2011). Spinelli Júnior (1997); e Teixeira, Ghizoni (2012). A intervenção limitou-se a procedimentos de conservação, não tendo-se realizado nenhuma ação de restauração.

A realização deste trabalho se justifica pela contribuição nas discussões acerca dos registros de memória nos documentos, bem como divulgar o tratamento que o conjunto documental em questão recebeu, prolongando sua existência e, consequentemente, perpetuando a memória educacional e política de Santa Catarina. Além disso, o relato das ações aplicadas poderá servir como referência para trabalhos em centros de documentação e pesquisa que preservam documentos históricos.

**A PESQUISA EM ARQUIVOS PESSOAIS E A FORMAÇÃO DA MEMÓRIA: UM
OLHAR SOBRE O PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO EM SANTA
CATARINA (1939-1942)**

As pesquisas científicas abordando a temática "arquivos pessoais" no Brasil até a década de 1970 eram raras, visto que somente os documentos oficiais, ou seja, aqueles ligados à administração do Estado, eram considerados como fontes históricas legítimas. No máximo, os arquivos pertencentes a grandes personalidades políticas e/ou heróis nacionais eram considerados relevantes para preservar a memória e, por isso, justificavam sua conservação.

A produção voluntária e involuntária de arquivos perpassa a rotina da sociedade atual, assim, diariamente todos nós acabamos de uma forma ou outra, produzindo arquivos, seja guardando objetos ou mesmo documentos pessoais. Esse ato, que muitas vezes é tão recorrente e natural, acaba por ser desatento e muitas vezes os documentos ali, caem no esquecimento: dentro de uma gaveta pouco usada, inseridos em envelopes já amarelados pela ação do tempo ou em velhas caixas cheia de pastas que ninguém mexe. Nesse viés, compreender como é constituído um arquivo pessoal nos possibilita criar perguntas acerca das intenções e motivações que permeiam o processo de produção e acumulação dos documentos, tendo em vista que o ato de guardar documentos carrega uma carga de cunho tanto material quanto simbólico da sociedade e do indivíduo que os produz, não importando sua classe social, gênero ou credo, todos deixam vestígios de si e marcas de seu tempo nos documentos manuseados e guardados.

A descoberta e a pesquisa nos arquivos pessoais permitiram aos pesquisadores acessarem novos horizontes, incorporando novos autores, novos temas e novas fontes. Desde os anos 1970 existe um esforço de reflexão sobre os arquivos pessoais, advindo das propostas dos Annales, mas também envolvendo áreas como a nova história política, a micro-história, os estudos culturais e a própria antropologia, o que resultou numa cultura de pesquisa diferente, que pode ser observada a partir da consolidação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) em 1990.

Com o objetivo de atuar como um espaço formativo destinado a desenvolver pesquisas, receber, tratar, armazenar acervos pessoais de educadores catarinenses e documentos em diversos suportes. O Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), vinculado à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), criou em 2012 o Instituto de

Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). Além da Coleção Elpídio Barbosa o acervo do IDCH também é constituído pela Hemeroteca Digital Catarinense (em parceria com a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina), pelo Arquivo Digital de Mapas Catarinenses (em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento, Diretoria de Estatística e Cartografia), pelo Espaço Eglê Malheiros & Salim Miguel, pela Coleção Victor Márcio Konder, pelo Acervo Ditadura em Santa Catarina e pelo acervo do professor Dr. Walter Fernando Piazza (IDCH, 2023). A instituição atua enquanto um lugar de memória e atende a pesquisadores e ao público em geral, mediante agendamento de horário.

Para o historiador francês Pierre Nora (1993, p. 21) os lugares de memória podem ser entendidos em três dimensões: são locais físicos onde a memória social se fundamenta e pode ser percebida pelos sentidos; são locais funcionais, pois desempenham ou adquiriram a função de sustentar memórias coletivas; e são locais simbólicos onde essa memória coletiva, ou seja, a identidade, se manifesta e se revela. Portanto, esses lugares são carregados de uma intenção de preservar a memória.

A historiadora da educação Diana Vidal (2005, p. 19) dialoga com base nas considerações de Pierre Nora (1993), sinalizando os arquivos como lugares de memória, na figura de espaços duplos, no sentido de atuarem como locais de guarda de seus acervos, mas também “constantemente abertos a novas leituras acerca do passado e do presente”. São espaços que precisam de um tratamento apropriado, ao alinhar princípios de organização e conservação à prática de pesquisa, podemos beber de duas potentes áreas do conhecimento, estes processos se complementam e possuem os arquivos enquanto fio condutor, demandando assim uma comunicação entre historiadores e arquivistas.

O acesso à memória é uma demanda constante na sociedade moderna, que busca validar suas múltiplas identidades, crenças e tradições através de pontes que as conectem com o passado. Essa espécie de ânsia pela memória manifestada pelas sociedades ocidentais é relativamente nova, no Brasil esse cenário reflete nos esforços empenhados nos últimos anos para a criação e manutenção de arquivos por todo o país. Essa “vontade de memória” (NORA, 1993, p. 22) demonstra o potencial que os arquivos carregam em nos conectar ao passado, seja ele real ou imaginário. Para Paul Ricoeur (2007, p. 410):

Essa nova memória é uma memória arquivística, uma memória do papel. Reconhecemos nessa obsessão do arquivo a grande mutação exagerada pelo mito de Fedro que trata da invenção da escrita. Vitória do escriturário no próprio cerne do memorial. Superstição e respeito pelo rastro. O sentimento

da perda como no mito platônico torna-se a contrapartida dessa institucionalização da memória. Produzir arquivo é o imperativo da época [...]. O arquivo não é mais o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida, mas a secreção voluntária e organizada e memória perdida.

O rastro, nesse sentido, é a manifestação de vestígios dos quais os arquivos estão lotados, são eles que fornecem pistas ao pesquisador sobre fatos e acontecimentos registrados nos documentos, tendo em vista que os arquivos são formados enquanto uma construção social dotada de materialidade que abrange aspectos organizacionais do dia a dia das sociedades, irradia e produz conhecimento, legitima atores ou atos bem como colabora para a formação da memória coletiva moderna. É curioso perceber que mesmo com a obsessão da sociedade atual com a cultura escrita, os vestígios não são exclusivamente provenientes da informação que está escrita nos documentos do arquivo, eles também se manifestam de forma sutil, através dos tipos de suporte presentes no acervo, nas marcas físicas nos documentos que possam indicar sua trajetória e manuseio e no modo que o arquivo está separado e organizado, muitas informações podem ser extraídas desses cenários.

No caso dos arquivos pessoais essa atenção a totalidade da materialidade do arquivo se torna ainda mais importante, pois permite um olhar mais detalhado tanto para com o titular do arquivo quanto para com os sujeitos inseridos nos conjuntos de documentos. No caso desta pesquisa é possível perceber que apesar do arquivo em questão ter como titular Elpídio Barbosa, outras figuras estão presentes nos documentos do arquivo e podem nos fornecer pistas tanto sobre a trajetória do próprio Elpídio quanto sobre a formação do sistema educacional de Santa Catarina. Tendo em vista que o acervo pessoal de Elpídio Barbosa, o mesmo reúne aproximadamente duzentas peças compostas de:

revistas pedagógicas, catálogos e cadernos com anotações manuscritas, recortes de jornais e colagens contendo cópias de leis, atas de reunião e fotografias escolares que se encontram coladas em seus cadernos, autonomeados como tomos, todos relativos à sua atuação na educação em Santa Catarina, entre 1935 e 1966 (CUNHA, 2017, p. 195).

O sumário de obras detalhado está disponível de forma virtual na página da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) na Internet, na seção relativa ao Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). Segundo Maria Teresa Santos Cunha (2017) o arquivo se encontrava no prédio do Museu da Escola Catarinense e chegou ao IDCH em 2014 dentro de velhas caixas que foram higienizadas, acondicionadas e posteriormente catalogadas. No entanto, a série documental que foi objeto desta pesquisa se

encontrava inserida dentro de uma Revista da Educação Catarinense dos anos 1960, e por isso pode ter passado despercebida aos olhares anteriores. Esta série possui 75 documentos relacionados à comunicação entre os inspetores escolares Luiz Sanches Bezerra da Trindade e João dos Santos Areão viagem pelas cinco regiões escolares do estado de Santa Catarina da época, datando do ano de 1939 a 1942.

No caso do cenário desta série de 75 documentos, percebe-se que setenta e três deles, dentre originais e cópias carbonadas, foram escritos por Luiz Sanches Bezerra da Trindade que assina como Inspetor Geral da Nacionalização entre 1939 a 1942. As duas últimas comunicações³ foram escritas por João dos Santos Areão que assina como Inspetor Federal do Ensino. O conjunto documental é composto por:

- 60 telegramas com a medida de 23cm de comprimento X 12,5cm de altura;
- 10 folhas em branco de mesma medida;
- 1 telegrama com a medida de 29,7 X 21cm;
- 2 formulários de fonograma dos Correios com a medida de 21,5cm X 18,6cm;
- 1 formulário de telegrama dos Correios com a medida 32,5cm X 22,3cm;
- 1 recibo de envio de telegrama com a medida de 7cm X 22cm.

Trindade e Areão juntamente com Elpídio Barbosa, formam um trio de destaque muito caro nas pesquisas relativas à história educacional de Santa Catarina entre 1935 e 1950, todos os três atuaram como inspetor escolar em algum ponto de sua carreira no sistema educacional. Para Neide Fiori (1991, p. 124), nesse período a instrução pública do Estado estava sob a liderança alternada de três figuras importantes: Luiz Bezerra da Trindade, João dos Santos Areão e Elpídio Barbosa. Juntos, eles formavam o que era conhecido como a "Santíssima Trindade da Educação". Os dois primeiros eram parte da equipe de trabalho de Orestes Guimarães, que foi convocado durante o governo de Vidal Ramos para realizar uma reforma educacional em Santa Catarina. O último, Elpídio Barbosa, era o mais jovem dos três e havia experimentado uma rápida ascensão na carreira do magistério (FIORI, 1991, p.148). Esses

³ Estes documentos retratam materialmente a rotina agitada dos inspetores escolares da época, vestígios dos relatos do cotidiano da sociedade da época podem ser vistos através da utilização de uma caligrafia apressada, muitas vezes sem utilização de datas ou local de emissão, as vezes até sem destinatário, que só seria informado ao funcionário da agência telegráfica na hora de passar a mensagem, que a enviava quase que instantaneamente utilizando o código Morse para o seu ponto de destino. A mensagem era adaptada para ser enviada com o menor número de caracteres possíveis, pois o valor do envio era cobrado pela quantidade de letras e símbolos na mensagem, isso criava mensagens extremamente diretas e com concordância reduzida, mas que entregava a informação desejada.

intelectuais se autodenominavam a "embaixada oficial" do Departamento de Educação: Luiz Bezerra da Trindade como Diretor, Elpídio Barbosa como Sub-diretor Técnico/Superintendente Geral Interino do Ensino e João dos Santos Areão como Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas e Nacionalização do Ensino (BOMBASSARO; DAROS, 2004).

Nossa historiografia tanto regional quanto nacional já debateram e discutiram sob diversos prismas, as causas e as consequências das chamadas políticas nacionalizadoras do ensino desenroladas em diversos estados brasileiros na primeira metade do século XX, para tanto, utilizarei a periodização de Neide Fiori (1991) acerca da delimitação dos períodos e das características de cada fase deste processo em Santa Catarina, que juntou a necessidade de modernizar a arcaica rede de ensino da época com o projeto de formação identitário e cultural pensada pelas elites e intelectuais da época, que viam o setor educacional como peça chave para inculcação de símbolos e hábitos nacionais. A mesma divide as fases do processo de nacionalização em dois momentos, o primeiro tem início em 1906 com a vinda do educador paulista Orestes Guimarães para Joinville e se estende até o fim da Primeira República em 1929, é caracterizado por uma tentativa de assimilação da população de origem estrangeira através de políticas passivas, refletindo a ótica liberal do estado no período, bem como ampliação da rede pública de ensino e também mudanças didático-pedagógicas. A segunda fase diz respeito ao período iniciado no primeiro governo de Getúlio Vargas em 1930, se estendendo até o fim do Estado Novo em 1945 e tem como característica a figura dos interventores e de uma política educacional centralizada no governo federal, é marcado por medidas legais mais combativas e repressivas contra as culturas de origem estrangeiras.

Dialogando com Campos (2004) as concepções de nacionalização de ensino desse período enfatizaram a afirmação da identidade nacional brasileira e trouxeram intervenções de forma mais contundente, sobretudo nos estabelecimentos de ensino primário. Localizo o presente trabalho como pertencente ao segundo período de nacionalização, adentrando o Estado Novo, em que o governo do estado catarinense estava sob a chefia de Nereu Ramos, que fora nomeado como interventor por Getúlio Vargas em 1937. Já o Departamento de Educação ficou vinculado a Superintendência de Ensino entre 1938 e 1942 e teve como profissionais da educação centrais Luiz Sanches Bezerra da Trindade, João dos Santos Areão e Elpídio Barbosa, que se alternavam nos cargos de gerência e inspetoria do sistema educacional catarinense da época.

Durante a segunda onda de políticas nacionalizantes aplicadas em Santa Catarina é possível notar a progressão e aprofundamento de medidas contra as culturas dos diversos povos que migraram para Santa Catarina e aqui formaram suas comunidades. Para Seyferth (1999, p. 210) em 1938, a chamada Campanha de Nacionalização tratou do abrasileiramento do ensino a partir da emissão de uma série de decretos que abarcavam questões como: exigência do ensino do português; necessidade de as escolas terem nomes brasileiros; apenas brasileiros natos podiam ocupar cargos de direção; os professores deviam ser brasileiros natos ou naturalizados graduados em escolas brasileiras; as aulas deviam ser ministradas em português; proibição do ensino de línguas estrangeiras para menores de 14 anos; vedação de subvenções provenientes de governos e instituições estrangeiras; introdução das matérias obrigatórias de educação moral e cívica e educação física.

Em 1939, novas medidas foram aplicadas, principalmente a partir da emissão do decreto-lei número 1.545 pelo então presidente Getúlio Vargas. Que estipulou vinte e um artigos versando sobre “a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros” (DECRETO, 1939), endereçado a todos os órgãos públicos federais, estaduais, municipais e entidades paraestatais. Dentre algumas determinações estavam: a proibição de se falar línguas estrangeiras em repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar, inclusive durante cerimônias religiosas e festas locais; as associações culturais e recreativas foram direcionadas a encerrar todas as atividades que pudessem estar relacionadas a outras culturas; os professores e instrutores de qualquer espécie, que lidavam com a infância e juventude deveriam se esforçar para difundir o sentimento da nacionalidade e o amor da pátria.

Este cenário de cerceamento de manifestações culturais estrangeiras acabou gerando um clima de animosidade e repressão cultural que refletiu nos telegramas produzidos pelos dois inspetores escolares em foco neste trabalho, a questão da proibição das línguas estrangeiras nas mais diversas esferas do dia a dia, bem como sua fiscalização na esfera escolar e consequente aplicação de punição, produziram rastros escritos deste passado que podem ser lidos no telegrama escrito por Luiz Trindade, em que o mesmo pede para:

apurar se usa língua estrangeira com crianças pt Com este procedimento transgride-se decreto federal 1545 que proíbe línguas estrangeiras repartições pt Peço também efetivar multas a Arndt e Berklein. Saudação
Luiz Trindade
Inspetor Nacionalização

Nota-se a presença da fiscalização baseada no decreto-lei 1.545 de 1939 já mencionado, este decreto norteou muitas das ações de fiscalização em várias esferas além da educação, as áreas de saúde, trabalho, indústria e comércio também foram tocadas pelas políticas de cunho nacionalizador. Para exercer o ato de fiscalizar nota-se que os inspetores não se serviam apenas das informações coletadas pessoalmente em suas visitas, eles também estavam atentos aos meios de comunicação da época, de olho em qualquer notícia que desse indício de alguma prática irregular, como poder ser percebido no telegrama de Luiz Trindade escrito em 24 de junho de 1941 e endereçado ao:

Sargento Delegado Polícia Indaial
Acabo ler *Urwaldsbote* edição hoje anúncio festa Sociedade Ginástica essa
cidade em língua alemã fato que vem provar pouco desejo regular como
sociedade brasileira. Faça dar ciência diretor este meu telegrama. Saudações
Luiz Trindade
Inspetor Geral Nacionalização
Hotel Paul

Der Urwaldbote, ou “O Mensageiro da Floresta” em tradução do alemão, foi um jornal teuto-brasileiro⁴ produzido na cidade de Blumenau em Santa Catarina, de 1893 a 1961. O mesmo foi fundado pelo Pastor Faulhaber e teve em seu início um viés exclusivamente religioso. O anúncio de festa relatado por Trindade indica transgressão do decreto 1.545 de 1939 que proibia manifestação de festas locais em línguas estrangeiras, fato que foi relatado e deveria ser avaliado pelas autoridades locais.

Ao encarar as mensagens telegráficas escritas por Luiz Trindade e João dos Santos Areão enquanto profissionais fiscalizadores sob influência direta da Campanha de Nacionalização (Seyferth, 1999), ocorre discorrer sobre a legitimidade destas fontes. Sendo assim, estas comunicações serão tratadas como testemunhos involuntários desse período da história catarinense e repletos de vestígios de um outro tempo e uma outra realidade. São involuntárias pois não eram endereçados a opinião pública ou a escrita da história, mesmo sendo produzidas enquanto registros de uma realidade, estas não objetificavam necessariamente propagar ou criar uma memória sobre os fatos relatados, ocasionando assim o seu caráter involuntário.

4 De acordo com a pesquisa de Cintia Rodrigues (2021, p.5) o jornal era “porta-voz das demandas das comunidades evangélicas do município e das escolas que administrava”, isso incluía as atividades educacionais e de integração dos imigrantes alemães à nova vida em terras tupiniquins.

Nesse viés, uma etapa importante no ato de historicizar nossas fontes é o estado inicial em que antes de aceitarmos algum testemunho, devemos determinar quais são os fatos que podem ter chamado a atenção da testemunha e sob em que contexto.

Para compreender a realidade dos inspetores escolares da época este trabalho está alinhado com os estudos de Santos (2008, p. 249), entendendo que as determinações e práticas da inspeção escolar assimilaram as orientações nacionalistas. A gestão se estabeleceu como um meio técnico-pedagógico, mas também ideológico, sendo direcionada para a promoção de valores e atitudes considerados fundamentais para o patriotismo, visando à uniformidade e homogeneização, com o objetivo de converter as escolas em espaços de formação de uma nova infância e juventude, genuinamente brasileiras. Este cenário se comprova a partir das mensagens telegráficas inseridas no arquivo de Elpídio Barbosa, os diálogos constantes com a superintendência de ensino e até com autoridades policiais expõe a fiscalização atenta por parte dos inspetores, que acarretaram inclusive na solicitação de aplicação de multas, com base nos decretos acerca das políticas nacionalizadoras da época.

Para concluir a primeira parte deste trabalho destaco que analisei este conjunto de fontes tendo em mente se trata de um documento-monumento seguindo a lógica de Jacques Le Goff (1996), pois entendo que o mesmo só foi produzido a partir das regras de um movimento político que tinha como foco a construção de uma identidade nacional, e, para isso, criou uma série de normativas que estipularam a promoção de práticas, símbolos e rituais que deveriam ser seguidos, e que por consequência, foram postos sob o olhar dos inspetores escolares. Nesse sentido, um olhar historiográfico compreendendo estes documentos enquanto monumentos produzidos em determinado espaço de tempo e criados involuntariamente a partir da prática diária da inspeção escolar nos permite perceber vestígios de situações e sujeitos que auxiliem em futuras pesquisas envolvendo esse período da história catarinense. Para Le Goff (1996, p. 464) só a análise do documento enquanto monumento possibilita à memória coletiva resgatá-lo e ao historiador utilizá-lo cientificamente, ou seja, com pleno conhecimento de causa. Nesse viés, trabalhar em cima da preservação desta, e de outras séries documentais que forneçam vestígios de realidades passadas exige, dessa forma, o diálogo entre historiadores e arquivistas.

**A CONSERVAÇÃO PREVENTIVA APLICADA NOS TELEGRAMAS DO ARQUIVO
PESSOAL DE ELPÍDIO BARBOSA**

Assim, pode-se definir arquivo pessoal como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultando da vida e da obra/atividades de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pessoas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades, ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade.

(BELLOTO, 2008, p.266)

Considerando as possibilidades de pesquisa que utilizam os arquivos pessoais como fonte, torna-se urgente trabalhar com o viés da sua salvaguarda, ainda mais no cenário atual onde os arquivos pessoais se encontram cada vez mais nos radares das pesquisas em diversas áreas. Nesse sentido, esta seção do texto foi direcionada a parcerias entre profissionais da área de conservação e restauração juntamente com futuros pesquisadores que possam vir a encontrar documentos danificados pela ação humana, do tempo ou da natureza que prejudiquem a estrutura do suporte e consequentemente o acesso à informação durante a pesquisa, ou simplesmente a profissionais que queiram beneficiar o acervo não somente com o viés da pesquisa, mas sim também a partir da ótica da conservação preventiva.

Para tanto, situo os procedimentos aplicados aqui de acordo com Cassares (2000, p. 12) enquanto pertencentes ao grande guarda-chuva que constitui a ideia de preservação em acervos de biblioteca e arquivos, esta vista como um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais. Já a conservação preventiva se insere neste leque de estratégias a partir de três conjuntos de ações básicas constituídas pela:

- Higienização, que corresponde à limpeza de superfície, isto é, à retirada de poeira e outros resíduos estranhos aos documentos, por meio de técnicas apropriadas que se aplicam a intervalos regulares e que são vitais para a conservação adequada dos suportes.
- Pequenos reparos, intervenções que podem ser executadas, de acordo com critérios técnicos rigorosos, para interromper processo de deterioração em andamento.
- Condições de acondicionamento e armazenamento dos documentos, segundo seus aspectos físicos. (SERIPIERRI et al., 2005, p. 33-34)

Antes de dar início às ações que foram aplicadas no conjunto documental em foco, foi realizado um diagnóstico do estado de conservação do acervo, que foi procedido através de um exame visual onde foram identificados os tipos e a extensão dos danos presentes em cada um deles. De forma geral o acervo estava em estado regular de conservação. Das análises, destacam-se as seguintes características:

- O suporte é constituído por papel madeira, baixa gramatura e fabricado entre as décadas de 1930 e 1940;
- As folhas são picotadas;
- Apresentam manchas de oxidação na lateral esquerda, provavelmente advinda de metal constante em pasta arquivo;
- Contém sujidades, dobras, vincos, perda de suporte e amassados;
- Pigmentos desconhecidos. Hipótese: Tinta carbonada; grafite; tinta de máquina datilográfica; tinta de carimbo.

Também foram realizados três tipos de testes químicos: Teste de pH; Teste de solubilidade dos pigmentos; Teste de absorção de água nos papéis. A água utilizada para esta testagem foi a ionizada, de pH 7. Estes procedimentos ajudam a determinar as possibilidades de tratamento adequado a real condição dos documentos.

Tabela 1- Resultados dos testes nos documentos

	Teste de pH	Solubilidade do pigmento em água	Teste de absorção
Telegramas	pH 7	Não solúvel	Ruim
Formulários de fonogramas	pH 7	Não solúvel	Ruim
Recibo de telegrama	pH 7	Não solúvel	Ruim
Primeira via de formulário de telegrama	pH 7	Não solúvel	Ruim

Com os dados do diagnóstico e dos testes químicos, foi criada a seguinte proposta de tratamento:

- Descarte de partes destacáveis dos telegramas que estavam soltos entre os documentos e não apresentavam informação;
- Higienização com trincha japonesa número 3. A higienização com pó-de-borracha foi descartada logo no início devido à fragilidade do suporte. Em seu lugar, sugeriu-se a higienização com a almofada de limpeza com *Cleaning Pad*. Esse material é composto por um tecido especial que libera partículas de pó-de-borracha natural que age como higienizador

profundo nas fibras de papel. No entanto, indicou-se a necessidade de um teste para verificar se o pigmento não seria afetado.

- Amenização dos vincos primeiramente com espátula de osso nas marcas de dobras maiores e com *cotonete* embebido em água deionizada pH 7 nas dobras quebradiças, fazendo uso, neste caso, da espátula térmica;
- Planificação;
- Amenização da oxidação da lateral esquerda com espátula de osso;
- Acondicionamento primário com jaquetas de papel Filifold 300 e filme de poliéster;
- Acondicionamento secundário em caixa em cruz confeccionada sob medida;
- Acondicionamento terciário em caixa confeccionada sob medida.
- Envolver a série de 10 folhas de telegrama que não possuem informação em uma folha de papel alcalino.

A limpeza com trincha retira partículas maiores que possam estar em contato com os documentos, já a limpeza com *Cleaning Pad* elimina sujidades menores aderidas ao papel. A amenização das dobras e vincos facilita o processo de planificação além de prevenir a quebra e perda do suporte. O processo de planificação permite nivelar os amassados e facilitar a organização dos documentos a partir da padronização dos tamanhos, aproximando, assim, do formato original. A retirada da oxidação com espátula de osso ameniza a sua migração para o restante do documento.

O acondicionamento com papéis de reserva alcalina da série Filifold 300 é realizado para minimizar a migração ácida entre os documentos da pasta, bem como fornecer estrutura para o seu manuseio. As jaquetas de filme poliéster, além de barreira física contra a migração ácida, protegem os documentos durante o manuseio e previnem o atrito entre eles quando forem guardados.

Com a proposta criada, seguiu-se para sua aplicação. Primeiramente foram descartadas as laterais das minutas de telegrama que se encontravam soltas pelo arquivo. Procedeu-se a higienização mecânica, de forma que para as minutas de telegrama foi utilizada somente trincha japonesa número 3 de pêlo de ovelha, pois constatou-se que o pigmento das mesmas é grafite, o que impossibilita a limpeza com *Cleaning Pad* sem causar perda de informação. Nos outros três conjuntos de documentos, além da trincha japonesa, foi utilizado o *Cleaning Pad* para remover sujidades profundas.

Na fase seguinte se deu o início ao processo de amenização dos vincos e dobras existentes nos documentos. Foi utilizada primeiramente a espátula de osso aplicada com pressão e cuidado nos vincos, seguido da aplicação de um cotonete molhado em água deionizada pH 7 nas arestas das dobras com a finalidade de soltar as fibras do papel. Com o papel umedecido foi aplicada a espátula térmica Hangar 9, a 78º graus centígrados, para amenizar os vincos e iniciar o processo de planificação. Para a planificação, o documento foi envolvido em *voil* e entre folheados com papel mata borrão. Sobre eles foram colocados peso de pedra que exerceram pressão nos documentos por dois dias.

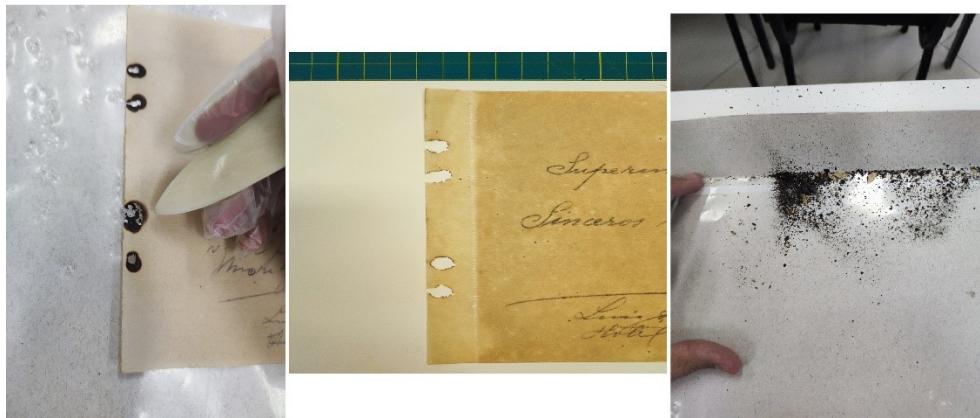
Figura 1 –Higienização e planificação



Fonte: Acervo pessoal do autor (2023)

Deu-se sequência no processo com a retirada de partes de papel oxidadas na lateral esquerda dos telegramas, provavelmente ocasionadas pelo longo período de contato do papel com os grampos de metal que prendiam as folhas na pasta arquivo. Esta região do papel afetada foi retirada parcialmente com a utilização de uma espátula de osso aplicada com pressão, este procedimento não sana totalmente a oxidação do documento, porém, ameniza e desacelera muito o processo.

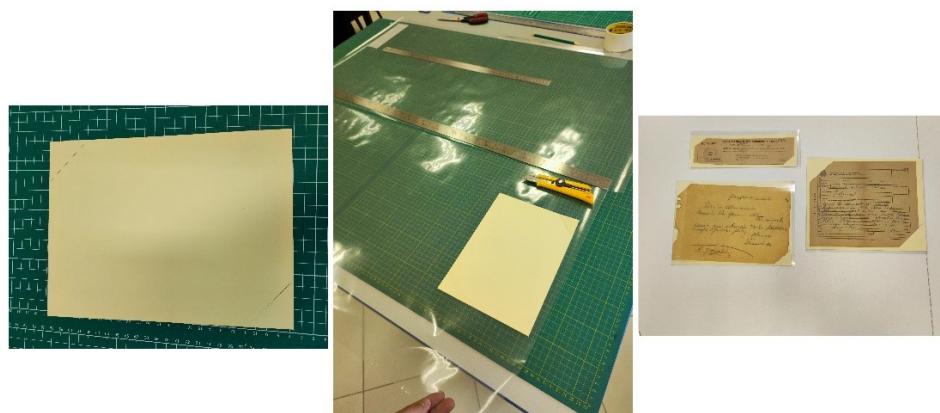
Figura 2 – Retirada do excesso de oxidação



Fonte: Acervo pessoal do autor (2023)

Com a finalização do processo descrito acima, partiu-se para a parte do acondicionamento. Para o acondicionamento primário foram cortados cartões de papel Filifold 300 medindo 0,5cm a mais que os documentos, para fornecerem estrutura aos mesmos de forma individual. Para a fixação dos documentos no cartão, foram feitos cortes nas laterais dos cartões para o encaixe dos cantos. Na sequência foram confeccionadas as jaquetas de papel poliéster, estas têm o dobro da medida dos cartões e foram dobradas ao meio para envolver os documentos já encaixados nos cartões.

Figura 3 – Acondicionamento primário



Fonte: Acervo pessoal do autor (2023)

Para acondicionamento secundário foi feita uma caixa em cruz utilizando papel triplex, cola e uma fita de tecido para amarrar o conjunto. Possui a medida de 24cm de comprimento X 25cm de largura X 6cm de altura e serve para segurar os documentos dentro da caixa para que não se movam durante o manuseio e transporte.

Para finalizar, como acondicionamento terciário foi confeccionada uma caixa de papelão gramatura 1.4mm, envolto em folha de papel alcalino 0.90mm. A caixa tem como medida 33cm de comprimento x 26cm de largura x 7cm de altura e tem a função de acondicionar o acervo como um todo, evitando o extravio das peças e constituindo, em um único invólucro, toda a coleção. Além disso, essa caixa acrescenta proteção contra agentes externos.

Figura 4 – Acondicionamento secundário e terciário



Fonte: Acervo do autor (2023)

O produto final deste trabalho é uma caixa de dimensões 33x26x7cm, confeccionada com material alcalino, esta comporta o maior telegrama envolto em jaqueta de poliéster e papel Filifold 300 de dimensões 31x23, juntamente com uma caixa onde se encontram 64 cartões de papel Filifold 300 envoltos em 64 jaquetas de poliéster e um envelope de papel alcalino que resguarda as 10 folhas de telegrama em branco, este conjunto por sua vez resguarda documentos relativos à comunicação de inspetores escolares entre os anos de 1939 e 1942.

Figura 5 – Resultado



Fonte: Acervo do autor (2023)

Essa forma de armazenamento facilita o manuseio dos documentos por parte do usuário, minimizando os danos que podem ser causados com o contato direto ao documento. Além disso, preserva o acervo de possíveis danos derivados do ambiente externo, especialmente a luz, a poeira e o extravio. Tão importante quanto a melhoria ao acervo trazida pelas ações descritas é a manutenção de seu estado de conservação. Para isso, também como resultado deste trabalho, elencam-se algumas recomendações para a conservação deste e de outros acervos, visando a preservação do suporte e a sustentabilidade da informação.

A deterioração dos materiais é um processo natural e inevitável. As medidas de preservação têm como objetivo minimizar os danos causados por vários fatores, como luz, umidade, poluição, insetos, manuseio inadequado e compostos químicos presentes no papel ou na tinta. As ações a serem tomadas variam de acordo com o tipo de acervo (tipos de documentos, suportes, estado de conservação) e as possibilidades da instituição responsável pela manutenção do acervo. De maneira geral, podem ser indicadas algumas ações, conforme descrito a seguir:

a) Ambiente:

Caso seja possível, armazenar os documentos em um ambiente estável, com temperatura constante, baixa umidade e sem luz direta. Além do controle de temperatura, umidade e iluminação, é importante também considerar o controle de pragas, uma vez que ratos, baratas, cupins, formigas e outros pequenos insetos podem se alimentar do papel.

O mobiliário deve ser disposto de forma a permitir a ventilação e manutenção do edifício, é aconselhável manter um corredor de pelo menos 1 metro de largura entre as estantes e as paredes (TEIXEIRA, GHIZONI, 2012, p. 26). Recomenda-se o uso de mobiliário de aço, que não atrai insetos, não é inflamável e não reage com o papel. O tamanho das estantes deve ser adequado para armazenar o material sem dobras, empilhamento excessivo e com fácil acesso (MENDES et al., 2011).

b) Acondicionamento:

O acondicionamento dos documentos tem como objetivo isolar os materiais do ambiente, sem causar danos. Para isso, devem ser utilizadas caixas e envelopes feitos de materiais neutros ou alcalinos. Esses invólucros devem permitir que os documentos sejam armazenados sem dobras e sem entrar em contato uns com os outros. É recomendado trocar todo o material de acondicionamento a, aproximadamente, cada 5 anos devido à migração ácida, que continua a ocorrer e pode acidificar o papel neutro do invólucro. Além dos invólucros apropriados, a forma como os documentos são armazenados no mobiliário também é importante. Deve haver espaço para ventilação entre os documentos nas prateleiras, livros devem ser armazenados em posição vertical e documentos grandes (mapas, plantas, jornais) ou com papel frágil (como telegramas e papel vegetal) devem ser armazenados horizontalmente.

c) Políticas:

As políticas servem como diretrizes tanto para o armazenamento quanto para o manuseio do acervo. É importante esclarecer a política de manuseio dos documentos, incluindo o uso de luvas e máscaras, a política de acesso (quem pode acessar quais documentos e em quais circunstâncias) e o protocolo de controle ambiental. Também é interessante ter um plano de emergência que aborde casos de inundação e incêndio, incluindo treinamento da equipe.

O tratamento da informação também contribui para a preservação do acervo. A elaboração de índices e catálogos otimiza o manuseio dos documentos originais. A digitalização do acervo pode reduzir drasticamente os danos causados pelo manuseio dos documentos. Por fim, o treinamento da equipe para a conservação e monitoramento do acervo é significativo para sua longevidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira etapa deste artigo foi abordada uma série documental relativa às comunicações de dois inspetores escolares de Santa Catarina, durante suas viagens de

fiscalização pelo estado entre os anos de 1939 e 1942. Mesmo que de forma inicial, foi demonstrado como os documentos em questão irradiam vestígios das políticas e práticas relativas à campanha de nacionalização do ensino, que se intensificou durante o período chamado de Estado Novo (1937-1945), tendo Santa Catarina como modelo pulsante destas medidas e os inspetores escolares enquanto sujeitos chave para a fiscalização das mesmas.

Na segunda parte do texto foram apresentadas as ações de conservação preventiva aplicadas na série documental em questão, os documentos passaram por um diagnóstico prévio e realização de testes químicos e físicos que determinaram as ações que seriam postas em prática, estas foram compostas por procedimentos de higienização, retirada de partes oxidadas, planificação e confecção de níveis de acondicionamento apropriados, também foram expostas recomendações para armazenamento e manutenção de acervos. Estes procedimentos serviram de forma a beneficiar o armazenamento e manuseio do conjunto documental, bem como possibilitar sua utilização para outros pesquisadores em futuras pesquisas.

Por fim, a divulgação dos procedimentos neste trabalho também visam servir de norte para pessoas da área da História, Educação, Biblioteconomia e Arquivologia que se deparem com séries documentais em condições similares à exposta neste trabalho.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CASSARES, N. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. 80 p. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf

CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p. 149-151.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CUNHA, M. T. S. ., & ALMEIDA, D. B. (2021). Arquivos Pessoais no radar do Tempo Presente. Dimensões e possibilidades nos estudos acadêmicos. **Cadernos De História Da Educação**, 20(Contínua), e049. <https://doi.org/10.14393/che-v20-2021-49>

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Editora USP, 2009.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HEYMANN, Luciana. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Revista Estudo Históricos**, 1997.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

Nora, P., & Aun Khoury, T. Y. (2012). **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES**. 1993.

VIDAL, Diana. **Culturas Escolares**. Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, Autores Associados, 2005.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.199-228.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. **A conservação de acervos bibliográficos e documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997. 90 p. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao-intelectual/documentos/conservacao-acervos-bibliograficos-documentais> Acesso em: 09 jun. 2023.

RICOUER, Paul, 1913 tradução: **A memória, a história, o esquecimento** / Paul Ricoeur. Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.